

Os clássicos da Política Pública: concentração e isolamento das comunidades epistêmicas do Brasil, EUA e União Europeia

The Classics of Public Policy: Concentration and Isolation of the Epistemic Communities of Brazil, US and European Union

Leonardo Secchi¹
Marcello Beckert Zappellini²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o nível de concentração/dispersão das referências teóricas e o nível de isolamento/integração das comunidades epistêmicas de políticas públicas no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia. Para isso foi feita uma análise bibliométrica de 346 artigos publicados nos principais *Journals* (revistas científicas) de políticas públicas do Brasil, Estados Unidos e União Europeia. A pesquisa teve perfil predominantemente quantitativo, e foi utilizado instrumental estatístico descritivo simples para a análise dos dados. Dentre os principais resultados estão que a comunidade epistêmica norte-americana (89% de citações domésticas) é muito mais isolada que as comunidades epistêmicas do Brasil (33%) e da Europa (45,4%), e que a comunidade epistêmica brasileira possui um grau de concentração maior (33,9%) que as comunidades epistêmicas da Europa (12,96%) e dos Estados Unidos (11,65%). Com relação aos principais autores e obras referenciados foi possível notar que há grande heterogeneidade de referências nas três regiões investigadas, permitindo apontar para a existência de múltiplas comunidades epistêmicas dentro do campo de conhecimento de políticas públicas. Por fim, apenas três autores aparecem com mais de 0,2% das referências contidas nas publicações das três comunidades epistêmicas investigadas: Paul A. Sabatier, B. Guy Peters e James G. March.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Comunidades Epistêmicas; Redes de Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the level of concentration / dispersion of theoretical references and the level of isolation / integration of the public policy epistemic communities in Brazil, the United States and the European Union. The research made a bibliometric analysis of 346 published articles in well-known public policy Journals from Brazil, United States and Europe. The research was quantitative and used descriptive statistical instruments for data analysis. Among the key findings: the US epistemic community (89% of domestic quotations) is more isolated than the epistemic communities in Brazil (33%) and Europe (45.4%); the Brazilian epistemic community has a higher degree of concentration (33.9%) than the epistemic communities of Europe (12.96%) and the United States (11.65%). With regard to the main authors and referenced works, the research found that there is heterogeneity of references in the three regions investigated, resulting in multiple epistemic communities within the public policy field of knowledge. Finally, only three authors appear with more than 0.2% of the references contained in the publications of the three epistemic communities investigated: Paul A. Sabatier, B. Guy Peters and James G. March.

Keywords: Public policy; epistemic communities; policy networks.

¹ Pós-doutorado em Políticas Públicas pela Universidade de Wisconsin, professor do Depto. de Administração Pública da Esag/Udesc (SC). E-mail: leosecchi@gmail.com.

² Doutor em Administração pela UFBA, professor do Depto. de Administração Pública da Esag/Udesc e da FEAN (SC). E-mail: mbzapelini@hotmail.com.

Texto recepcionado em regime de fast-track do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), ocorrido entre 19 e 21 de maio de 2016, na cidade de Porto Alegre/RS, Brasil. O evento foi organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

1. INTRODUÇÃO

Uma comunidade epistêmica é um conjunto de indivíduos, em grande parte ligado ao mundo acadêmico-científico, que possui interações recorrentes e que compartilha uma linguagem e um modelo teórico ou metodológico (HAAS, 1992; SECCHI, 2013). Como em outras áreas, as comunidades epistêmicas de Políticas Públicas vão se desenvolvendo em ritmos diferentes, em condições diferentes e com maturidade teórica e metodológica diferentes nos diversos países (ARRETCHE, 2003; SOUZA, 2003; FARAH, 2010), e desempenham importante papel na transferência de conhecimentos (CARAYANNIS; IRZADEH; POPESCU, 2012). Dois parâmetros que diferenciam as comunidades epistêmicas são relacionados à sua dinâmica interna (qual o nível de concentração/dispersão das referências desta comunidade epistêmica?) e à externa (qual o nível de isolamento/integração desta comunidade epistêmica com outras comunidades epistêmicas?). Quanto à dinâmica interna, considera-se que a pesquisa em Políticas Públicas possa seguir orientações teóricas bastante concentradas na produção de alguns autores, e, dentro desta, em poucos trabalhos acadêmicos de grande impacto, e que este fenômeno possa se verificar em diferentes graus em diferentes países. Quanto à dinâmica externa, as comunidades epistêmicas na área de políticas públicas possuem graus diferenciados de isolamento com relação a comunidades epistêmicas de outros países.

O problema de pesquisa que nasce destas reflexões é: Qual o nível de concentração/dispersão das referências teóricas e o nível de isolamento/integração das comunidades epistêmicas de políticas públicas no Brasil, nos Estados Unidos, e na União Europeia?

Seguindo o problema de pesquisa, o objetivo geral que se pretendem alcançar com este estudo é o de analisar o nível de concentração/dispersão das referências teóricas e o nível de isolamento/integração das comunidades epistêmicas de políticas públicas no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia. Também buscou-se levantar a bibliografia atualizada sobre comunidades epistêmicas e sobre redes de políticas públicas; identificar os autores e artigos mais referenciados nas Comunidades epistêmicas no Brasil, EUA e União Europeia; analisar a concentração/dispersão das referências teóricas internamente em cada comunidade epistêmica; e analisar a importação e a exportação de referências teóricas das Comunidades epistêmicas de PP no Brasil, EUA e União Europeia.

Já em 2003, Marta Arretche chamava a atenção para o fato de que a pesquisa em Políticas Públicas no Brasil apresentava baixa densidade teórica, trabalhando, sobretudo com avaliações de resultados de políticas, subordinando-se à agenda política do país. Dessa maneira, percebe-se baixa preocupação em compreender teoricamente a problemática, não havendo o necessário cuidado com modelos de política, com a discussão de tipologias e com a produção acadêmica, tornando-a uma pesquisa metodologicamente pouco profunda.

No mesmo ano, Pacheco (2003), estudando a produção em Administração Pública, verificava que, no Brasil, pouco se usa a literatura estrangeira mais recente, as metodologias de pesquisa são pouco elaboradas e a produção acadêmica é antes prescritiva do que analítica, e se volta para questões práticas, em vez de produzir teoria.

A relevância deste estudo está pautada na seguinte pergunta: até que ponto esses diagnósticos se aplicam hoje em dia, em especial no caso brasileiro? A pesquisa em Políticas Públicas ainda padece desses problemas, ou conseguiu evoluir e alcançar maior maturidade intelectual? Essas são apenas deficiências da comunidade epistêmicas brasileiras? As comunidades epistêmicas de Políticas Públicas nos Estados Unidos e União Europeia também sofrem dos mesmos problemas? A resposta a este tipo de questões é de suma importância para o enriquecimento teórico da área de políticas públicas no Brasil, bem como avaliação e ajustes na prática de pesquisa na área.

2. Comunidades epistêmicas

As comunidades epistêmicas se distinguem das demais comunidades pelo compartilhamento de princípios e normatividade, crenças causais, noções de validação e de um empreendimento político comum (HAAS, 1992). Sendo assim, uma comunidade epistêmica é, grosso modo, composta por um grupo de acadêmicos que têm ideias e interesses semelhantes entre si e compartilham de um reconhecimento social na área de atuação, tendo como principal instrumento o domínio do conhecimento no campo de conhecimento. Dunlap (2013), seguindo a formulação de Haas, observa que as comunidades epistêmicas apresentam quatro elementos:

- a) Um conjunto compartilhado de crenças e princípios que lhes proporcionam uma racionalidade comum para as ações sociais;
- b) Crenças causais comuns, derivadas de análises comuns de problemas que lhes permitem relacionar ações e seus efeitos desejados;
- c) Noções compartilhadas (intersubjetivas) de validade que permitam aos seus membros validar conhecimentos em sua área;
- d) Um empreendimento comum de política, ou seja, práticas comuns definidas em termos de problemas associados às competências profissionais dos membros.

Como em qualquer comunidade, nas comunidades epistêmicas existem disputas de poder. Kuhn (1962) trouxe a noção de paradigmas da ciência e de disputa de poder dentro da ciência. Para Kuhn (1962), os paradigmas da ciência são consensos instáveis, construções sociais da realidade, definidas em parte por linguagem e modelos causais aceitos, e em parte por relação política entre os membros da comunidade. Nesta lógica, temas de pesquisa, linhas teóricas, metodologias, termos, e modelos causais são aceitos ou rejeitados dentro de uma lógica política, onde a relação humana influencia aquilo que se entende como verdade científica.

Antoniades (2003) distingue dois tipos de comunidades epistêmicas: as holísticas, que buscam homogeneizar crenças e visões dominantes em um grupo social estável, e as comunidades *ad hoc*, que são criadas especificamente para lidar com temas específicos (*issues*), e logo que o problema é resolvido a comunidade se desmancha. Exemplo da comunidade epistêmica holística é a de teóricos econômicos marxistas, e a comunidade epistêmica *ad hoc* pode ser exemplificada pelo conjunto de climatologistas chamados para entregar um relatório sobre as mudanças climáticas em dado território.

Em um campo de conhecimento pode haver mais de uma comunidade epistêmica (ANTONIADES, 2003). Em especial nas ciências sociais, onde os ditames da ciência normal (KUHN, 1962) não conseguiram homogeneizar entendimentos, comunidades epistêmicas coexistem e lutam pela sua prevalência no campo de estudos. Exemplos são os teóricos realistas *versus globalizers* na teoria de Relações internacionais, correntes estadocêntricas e multicêntricas na teoria de políticas públicas, marxistas *versus* neoclássicos na economia política, positivistas *versus* construtivistas na epistemologia da ciência.

Candler (2008) observa que as comunidades epistêmicas transnacionais são de especial interesse, uma vez que a interação entre seus membros, num contexto internacional, por meio de *journals*, congressos, conferências, comunicações e contatos informais, colaborações, desenvolve um consenso internacional em torno de questões técnicas na área, posteriormente levado para as respectivas nações pelos seus membros, criando dessa forma uma convergência. Ou seja, vistas em um plano internacional, as comunidades epistêmicas contribuem para a construção de conhecimentos comuns

2.1 comunidades epistêmicas e o campo das políticas públicas

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator individual ou por um conjunto de atores, referentes à seleção de objetivos e de meios para atingi-los em uma situação em que esses atores possuem condições de alcançar tais objetivos (JENKINS, apud HOWLETT; RAMESH, 2003).

Segundo Birkland (2005), o estudo de políticas públicas refere-se à aplicação de métodos de pesquisa científica a problemas de *policy* de maneira rigorosa e sistemática, constituindo-se num campo de conhecimento em que os *scholars* aplicam diferentes métodos de pesquisa, mas compartilham da mesma preocupação com o rigor científico. Frey (2000) observa que, muitas vezes, o pesquisador está sujeito a forças políticas e interesses alheios, bem como a limitações de recursos, que restringem sua liberdade em pesquisar. No entanto, ainda que isso possa influenciar a pesquisa financiada por recursos públicos, não deveria afetar a pesquisa acadêmica. De qualquer forma, a proximidade dos pesquisadores com os órgãos governamentais e/ou multinacionais é um problema que Souza (2003) detectou na pesquisa brasileira.

Mas os problemas mencionados por Arretche (2003), anteriormente apresentados na formulação do problema de pesquisa, não resultam das restrições definidas por Frey (2000). Além disso, Reis (2003) chamou a atenção para o fato de que os estudiosos de Políticas Públicas voltam sua atenção para problemas concretos, mas isso não pode ser usado como uma desculpa para não se preocupar com reflexões teóricas: “o cientista social que se dedica à política pública precisa ter clareza tanto em relação à perspectiva teórica em que está inserido seu trabalho, quanto em relação às discussões que confrontam essa perspectiva com outras, alternativas a ela.” (p. 12). Assim, para a autora, a primeira preocupação que o pesquisador deve ter é apresentar uma sustentação teórica para o seu projeto; embora isso seja óbvio, a autora observa que não é prática dos estudiosos oferecer uma fundamentação teórica sólida. Diante disso, não chega a surpreender que o primeiro problema da pesquisa brasileira na área seja a escassa acumulação de conhecimentos (SOUZA, 2003).

Para Dunlop (2013), o estudo das comunidades epistêmicas nas políticas públicas é importante por algumas razões; em primeiro lugar, como já apontara Haas (1992), ajudam a esclarecer as relações de causa e efeito entre as ações e seus resultados prováveis (fornecendo aconselhamento no caso de compreender quais são os resultados que se pode esperar de uma ação), esclarecem as relações complexas entre diferentes questões e ajudam a definir o interesse próprio dos estados; além disso, observa a autora, esse estudo destaca a importância dos atores capazes de definir problemas complexos, em especial nos estágios iniciais do ciclo de política, marcados pela profunda incerteza. Em outras palavras, o estudo de comunidades epistêmicas de políticas públicas auxilia na compreensão de questões de política, relações entre as ações empreendidas e os resultados obtidos, em termos práticos, mas também contribui para a melhor compreensão de problemas que, muitas vezes, ainda não foram adequadamente compreendidos.

Identificar uma comunidade epistêmica consiste em identificar um conjunto de atores cuja relevância social e profissional lhes permite fazer, com autoridade, afirmações sobre questões politicamente pertinentes e socialmente relevantes; o sucesso desses atores depende não apenas de seus recursos epistêmicos mas também de sua importância política (DUNLOP, 2013). Assim, é possível afirmar que nas comunidades epistêmicas os atores mais relevantes mesclam o conhecimento e a capacidade de influenciar politicamente a ação, pois, como observa Dunlop (2013), essas comunidades devem persuadir os tomadores de decisão e adentrar a maquinaria do governo, assumindo posições na burocracia pública se desejam que o conhecimento consensual que produzem informe escolhas de política.

Entretanto, Candler (2008) observa que, no estudo administração pública, por mais que se busque

constituir uma comunidade epistêmica, a mentalidade mais se assemelha a uma “Torre de Babel”, em que não apenas barreiras de conhecimento imperam, mas também existe uma percepção de que o contexto e os problemas nacionais são únicos. Existiriam razões para acreditar que o mesmo se processa nas políticas públicas? O caráter do campo permite acreditar que sim: Allison (in MORAN; GOODIN; REIN, 2006) chama a atenção para o fato de que existem escolas de pensamento em Políticas Públicas, que foram se formando ao longo do tempo a partir das reflexões e das práticas de diferentes centros de pesquisa. Essas escolas não parecem ter se estabelecido no Brasil, em que parece existir menor preocupação em seguir uma orientação previamente definida de pensamento, embora existam diversos centros de estudo pesquisando e trabalhando com o tema. Ou seja, enquanto que se parece seguir, neste país, uma orientação de pesquisa mais prática, há, no exterior, uma ampla variedade de tradições teóricas que são usadas para embasar os trabalhos de pesquisa, mas no Brasil ainda são a exceção e não a regra.

Ainda que a realidade seja essa, não se pode deixar de lado o fato de que as teorias são fundamentais para a efetiva compreensão das políticas públicas. Souza (in HOCHMAN; ARRETICHE; MARQUES, 2007), após realizar breve levantamento das principais teorias, afirma que compreender modelos e teorias ajuda um analista (ou pesquisador) a compreender melhor o problema para o qual a política foi desenhada, seus conflitos e trajetória passada, o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos e/ou afetados. Ou seja, a teoria é crucial para que se possa efetivamente compreender o que se pretende com a política. Pode-se acrescentar que tal compreensão é básica para que se possa sugerir melhorias ou modificações na política, mas Faria (2003) constatou que abordagens que destaquem o papel das ideias e conhecimentos na Política Pública são praticamente ignoradas. Para este autor, esse problema soma-se à baixa produção em várias áreas do ciclo de política, havendo concentração elevada de pesquisas nos processos decisórios em detrimento da implementação, por exemplo.

Campbell (2002) fala em diversos tipos fundamentais de ideias na Política Pública, dos quais dois parecem ser mais interessantes na pesquisa:

- a) Paradigmas cognitivos e visões de mundo que restringem a gama de escolhas disponíveis;
- b) *Frameworks* normativos que consistem em pressupostos aceitos sobre valores, atitudes e identidades.

A análise e a discussão de Políticas Públicas deve, ao menos, tangenciar estes aspectos, uma vez que eles determinam as estruturas a partir das quais as políticas serão formuladas e postas em funcionamento, mas não se tem registro de que as pesquisas brasileiras sigam essa lógica. Resta saber até que ponto ela é aplicada em outros países, o que é um dos objetivos deste artigo, uma vez que lida com os casos dos Estados Unidos e da União Europeia, bem como o brasileiro.

Assim, é possível afirmar que não parece existir, no Brasil, a formação de uma comunidade epistêmica de Políticas Públicas, que adote conjuntos de ideias e conhecimentos como mapas conceituais e se enraízem em instituições e práticas sociais, para citar duas das funções definidas por Goldstein e Keohane (apud FARIA, 2003) para as ideias e suas influências sobre as ações políticas. No entanto, uma análise da literatura brasileira indica que alguns artigos se repetem amiúde, o que poderia induzir ao pensamento de que essa comunidade estaria, afinal, em formação; além disso, observa-se que alguns autores começam a ganhar destaque, influenciando a produção nacional. Resta saber se esses trabalhos tão citados formam um corpo de conhecimentos, ideias e teorias coerente e coeso, que possa nortear agendas e produzir pesquisas que fujam dos problemas anteriormente mencionados por Arretiche, Souza e Reis.

3. Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada para alcançar os objetivos estabelecidos foi o estudo bibliométrico, predominantemente quantitativo.

Andrés (2009) considera o método bibliométrico como uma “ciência da ciência”, aplicável a vários campos científicos distintos. Rosa et al. (2009) definem a bibliometria como o estudo de aspectos quantitativos da produção, da disseminação e uso das informações registradas. Para as autoras, a bibliometria permite situar a produção científica de um país em relação ao mundo, de uma instituição em relação ao país e de um cientista em relação às comunidades científicas. Para Reveles e Takahashi (2007), a pesquisa bibliométrica pode ser definida como uma forma de quantificação de processos de comunicação escrita, a partir da qual se pode construir indicadores para mensurar a produção científica. A utilização desse tipo de pesquisa se justifica por uma série de razões, pois ela permite analisar e avaliar: as fontes de difusão dos trabalhos; a evolução cronológica da produção científica; a produtividade das instituições científicas e dos autores; a capacidade de propagação das publicações científicas; o crescimento de um determinado campo científico; o grau de envelhecimento de campos científicos; por fim, o impacto das publicações na comunidade científica.

Andrés (2009) considera que os estudos bibliométricos são aplicáveis em três áreas: pesquisa metodológica (em que se focaliza na metodologia usada para a realização dos estudos metodológicos e o desenvolvimento/melhoria de indicadores bibliométricos); disciplinas científicas (aplicação de estudos bibliométricos nas diferentes ciências para descrevê-las); ciência da política (avaliação de diferentes níveis de produtividade no campo, e os *policymakers* usam a pesquisa para decisões de alocação de recursos). O presente trabalho se enquadra na segunda aplicação, a bibliometria de disciplinas científicas. É necessário reconhecer que um dos aspectos centrais para a definição da bibliometria, qual seja, a mensuração de produtividade (ANDRÉS, 2009), não foi realizada neste trabalho, cujo principal objetivo se relaciona ao levantamento de autores e bibliografias.

A escolha dos periódicos teve como critérios: 1) Fator de impacto da revista segundo indexadores (ISI Web of Science); 2) Densidade de artigos publicados na área de políticas públicas.

País	Revista	Fator de impacto
Brasil	Revista Brasileira de Ciências Sociais	Não possui FI no ISI Web of Science
	Opinião Pública	Não possui FI no ISI Web of Science
	Dados	Não possui FI no ISI Web of Science
Estados Unidos	Journal of Public Administration Research and Theory	2.176
	Policy Studies Journal	1.791

	Governance ³	1.544
Europa	Policy Sciences	2.278
	Public Administration	1.573
	Journal of European Social Policy	1.356

Quadro 1: Revistas selecionadas como fonte de dados da pesquisa

Fonte: elaboração dos autores.

Após a escolha dos periódicos, foi feito o *download* de todos os artigos publicados entre 2001 e 2012 nas nove revistas selecionadas, que totalizou 2.428 artigos. Posteriormente foi feita uma filtragem dos artigos que tratam de construções teóricas de políticas públicas, excluindo-se os artigos que tratavam de outros temas correlatos como sociologia, antropologia, administração, economia, filosofia política, etc, e também artigos de políticas públicas com viés empírico ou teórico-empírico, que resultou num total de 346 artigos como fonte de dados para a pesquisa bibliométrica. Para tal filtragem, foi feita uma leitura dos resumos de cada um dos artigos das publicações selecionadas entre 2001 e 2012.

Após a seleção dos artigos foram extraídas todas as obras citadas nas Referências Bibliográficas. As referências de artigos publicados em revistas americanas compuseram uma base de dados, que somou 9.242 referências. As referências de artigos publicados em revistas europeias compuseram uma base de dados, que somou 8.612 referências. Já no Brasil, como era menor o número de artigos que passaram pela filtragem (artigos teóricos de Políticas Públicas) as referências somadas no banco de dados foram apenas 1.481.

Para a análise de dados utilizou-se estatística descritiva simples, como cálculo de percentuais e médias. Para fins de cálculo de frequência das referências foram apenas consideradas os primeiros autores de cada obra, descartando-se os co-autores. Para a análise da proveniência dos autores utilizou-se como critério a afiliação institucional do autor (universidade/instituto de pesquisa).

Como seria praticamente impossível pesquisar a filiação institucional de todos os autores presentes nas 19.335 referências, optou-se por uma linha de corte. Só foram pesquisadas as filiações institucionais de autores que estavam presentes em mais de 0,2% das referências de cada uma das três bases de dados: EUA, Europa e Brasil.

Já a linha de corte para as análises das obras foi o de trabalhos acadêmicos que receberam mais de 0,05% do total de citações totais nas revistas pertencentes em cada base de dados.

4. Apresentação e discussão dos resultados

A análise dos dados trouxe alguns resultados surpreendentes e outros que já eram esperados. Cada comunidade epistêmica territorialmente localizada na Europa, Estados Unidos e Brasil mostrou que os autores de referência são distintos.

No quadro 2 são apresentados os principais autores mais referenciados em cada comunidade epistêmica. Tomou-se como linha de corte os autores que obtiveram mais de 0,2% de citações dentro do total de referências nas revistas científicas de sua comunidade epistêmica.

³ A revista *Phylosophy & Public Affairs* é a terceira revista com maior fator de impacto na área nos Estados Unidos (1.560). Preferiu-se trabalhar com a revista *Governance* pois ela tem fator de impacto apenas um pouco abaixo, mas percentual de artigos teóricos de políticas públicas muito superior ao disponível na revista *Phylosophy & Public Affairs*.

Estados Unidos		Europa		Brasil	
Autor	%	Autor	%	Autor	%
Paul A. Sabatier	1,15	Harold Lasswell Dwight	1,49	Leonardo Avritzer	1,22
Elinor Ostrom	1,10	R. A.W. Rhodes	1,36	Jon Elster, Roberto Grün	0,88
Bryan D. Jones	0,80	Mark Bevir	0,72	Jürgen Habermas	0,81
Frank R. Baumgartner	0,57	Gerry Stoker	0,63	Marcus André Melo, Amartya Sen	0,68
James G. March	0,56	Christopher Pollitt	0,51	Nancy Fraser, Iris Marion Young	0,61
Kenneth J. Meier	0,54	David Marsh	0,50	Pierre Bordieu, Renato Dagnino, Paul A. Sabatier	0,54
Herbert A. Simon	0,44	Herbert A. Simon	0,49	Luiz C. Bresser Pereira, James Mahoney	0,47
Vincent Ostrom	0,39	Christopher Hood	0,44	James Bohman, G. A. Cohen, José Mauricio Domingues, Argelina Figueiredo, Archon Fung, Donald Mackenzie, Adam Przeworski, Robert Putnam, John Rawls, Flavio da Cunha Rezende, Andréa Zhouri	0,41
Christopher M. Weible	0,38	Laurence J. O'Toole	0,41	Ian Hacking, Peter Hall, Axel Honeth, Theodore Lowi, Eduardo Marques, Mathew D. McCubbins, B. Guy Peters, Paul Pierson, Nadia Urbinatti, Mark E. Warren, Luiz	0,34

				Werneck Vianna	
Peter deLeon, Christopher Hood, John W. Kingdon, Laurence E. Lynn Jr., Anne Larson Schneider	0,34	OECD	0,39	Rogério B. Arantes, Marta Arretche, Joshua Cohen, Sergio Costa, Evelina Dagnino, Robert Dahl, Mary Douglas, John Dryzek, Paul Ehrlich, Neil Fligstein, Amy Gutman, Herbert Kaufman, Jane Mansbridge, Adalmir A. Marquetti, Anne Phillips, Hannah Pitkin, Wolfgang Sachs, Theda Skocpol, Alfred Stepan, Matthew M. Taylor, Kathleen Thelen, Álvaro de Vita, Barry Weingast, Edward O. Wilson	0,27
Terry L. Moe	0,32	Gøsta Andersen	Esping-0,38	Rebecca Abers, ADS, Sonia Alvarez, Anthony Atkinson, Marcelo Baquero, Gerald Caiden, Rachel L. Carson, Manuel Castells, Vera Schattan Coelho, Michael Cohen, Stephen Coleman, Cláudio Gonçalves Couto, Alain Desrosières, C. F. Faria, James Ferguson, Freedom House, Klaus Frey, Maria da Glória Gohn, Ronald Inglehart, Célia Kestenetzky, Maria D. G. Kinzon, Keith	0,20

				Krehbiel, Thomas S. Kuhn, Huck-Ju Kwon, Will Kimlycka, Adrián G. Lavalle, Arend Lijphart, Ligia H. H. Luchmann, Rousely C. M. Maia, Scott Mainwaring, Giandomenico Majone, Bernard Manin, James G. March, Walter Mignolo, Pippa Norris, Anibal Quijano, John Roemer, Teresa Sacchet, Maria Tereza Sadek, Giovanni Sartori, Michael Saward, Ilse-Scherer Warren, Martin Shapiro, Paul Singer, Thomas E. Skidmore, Charles Taylor, Alexis de Tocqueville, George Tsebelis, Andreia Cristina N. Vaz, Bryan Wampler, Max Weber	
Peter J. May	0,30	Ronald D. Brunner	0,36		
B. Guy Peters, Aaron B. Wildavsky	0,28	Colin Hay	0,34		
George A. Boyne, Laurence J. O' Toole	0,27	Robert Agranoff, John Dryzek, Fritz Wilhelm Scharpf	0,31		
Eugene Bardach	0,26	Vivien Lowndes	0,30		
Donald F. Kettl	0,25	Walter J. M. Kickert, Paul Pierson	0,29		
Theodore J. Lowi, Matthew D. McCubbins, Lawrence M. Mead	0,24	Jan Kooiman, Keith G. Provan	0,28		
Jonathan Bendor,	0,23	B. Guy Peters	0,27		

Christopher Pollitt					
R. A. W. Rhodes	0,22	Kenneth J. Meier, Paul A. Sabatier	0,26		
Tom Christensen, H. George Frederickson	0,21	Elinor Ostrom	0,24		
		James. G. March, Lennart Sjöberg	0,23		
		George A. Boyne, John Dewey, Michel Foucault	0,22		
		Francis Geoffrey Castles, Bob Jessop	0,21		
Total	11,65%	Total	12,96%	Total	33,9%

Quadro 2: Autores mais referenciados na área de Políticas Públicas

Fonte: dados primários

Do quadro 2 extraem-se algumas informações interessantes. Em primeiro lugar, verifica-se que há 30 autores na comunidade epistêmica dos EUA, 32 na da União Europeia e 111 na brasileira. O volume de autores na comunidade epistêmica é muito elevado, observando-se também que esse número soma nada menos do que 33,9% das citações, mais do triplo dos casos americano e europeu.

Além disso, é possível notar que apenas três autores aparecem como dentro os mais citados nas três comunidades epistêmicas: Paul A. Sabatier, James G. March, e B. Guy Peters. Paul Sabatier foi professor da Universidade da Califórnia, Davis, e deu grandes contribuições à área de políticas públicas especialmente no estudo do processo de política pública, enfatizando a agenda governamental, a implementação de políticas públicas, e o chamado *Advocacy Coalition Framework*, que é um modelo de análise que propõe a separação dos atores em disputa em coalizões de defesa. James G. March, professor da Universidade de Stanford já produzia prolificamente desde a década de 50, quando publicou com Herbert Simon o livro clássico *Organizations*, deu grandes contribuições para a área com o modelo da lata do lixo (*Garbage Can*) de decisão organizacional (artigo publicado em parceria com Michael D. Cohen, e Johan P. Olsen na *Administrative Science Quarterly*), e consolidou sua contribuição para as ciências sociais com o livro *Rediscovering Institutions* (em parceria com Johan P. Olsen) sobre a teoria neoinstitucional. Já B. Guy Peters é professor da Universidade de Pittsburgh, do Departamento de Ciência Política, e deu importantes contribuições para o campo na área dos estudos da burocracia e governo.

Outra reflexão que se pode fazer é a relativa independência das três comunidades epistêmicas, o que referenda o conceito de Antoniades (2003), que em um campo de conhecimento pode haver mais de uma comunidade epistêmica. Os autores mais citados são diferentes, e como poderá ser notado, as obras de referências também são diferentes no Brasil, EUA e Estados Unidos.

Do quadro 2 também pode-se extrair o resultado que a comunidade epistêmica do Brasil é mais concentrada que a comunidade epistêmica dos EUA e Europa. Tomando-se por base o valor agregado de referências daqueles autores que respondem por mais de 0,2% das referências, o Brasil concentra 33,9% das citações para estes autores, enquanto que este número cai para 11,65% nos EUA, e 12,96% na

Europa. Este resultado deve ser relativizado, visto que o número total de referências na Europa e nos Estados Unidos somou mais de 8.000 bibliografias, enquanto que no Brasil ficou em 1.481. Certamente, este valor menor, originário do menor número de artigos que passaram no filtro temático (pertencer à área de política pública) e no filtro metodológico (ser artigo teórico) pode enviesar a análise da questão de concentração/dispersão da comunidade epistêmica. Estudos com uma base de dados mais ampla devem ser feitos para corroborar ou rejeitar esta afirmação de concentração.

Outro objetivo da pesquisa era o de identificar as obras mais utilizadas pelas comunidades epistêmicas em análise. As análises foram feitas em base aos trabalhos acadêmicos que receberam mais de 0,05% do total de citações totais nas revistas pertencentes a cada região. No caso do Brasil, foi adotada a linha de corte de 0,2%, visto que o número de referências era muito inferior ao encontrado na Europa e Estados Unidos. A síntese de todo o trabalho de desta parte da pesquisa bibliométrica é exposta nos quadros abaixo.

	AUTOR	OBRA	%
1	Frank L. Baumgartner	Agendas and instability in American politics	0,3030%
2	John W. Kingdon	Agendas, alternatives and public policy	0,2921%
3	Paul A. Sabatier	Policy change and learning: An advocacy coalition approach	0,2272%
4	Elinor Ostrom	Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action	0,1731%
5	Elinor Ostrom	Institutional rational choice	0,1515%
6	Paul A. Sabatier	The Advocacy Coalition Framework. An Assessment	0,1407%
7	Bryan D. Jones	The Politics of Attention: How Government Prioritizes Problems	0,1190%
7	Paul A. Sabatier	Theories of the Policy Process	0,1190%
9	Matthew D. McCubbins	Administrative Procedures As Instrument of Political Control	0,1082%
9	Anne L. Schneider	Policy Design for Democracy	0,1082%
9	Herbert Simon	Administrative Behavior	0,1082%
9	James March	Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics	0,1082%

Quadro 3: Obras mais citadas nos periódicos norte-americanos

Fonte: dados primários

Das 44 obras que ultrapassaram a linha de corte proposta, nada menos que 12 são citadas mais de dez vezes nos artigos pesquisados, todas provenientes de pesquisadores baseados nos Estados Unidos. A obra de um pesquisador estrangeiro mais bem posicionada, o livro “*Understanding Governance*”, de

autoria do britânico R. A. W. Rhodes, aparece em 13º lugar, com nove citações. Destaques devem ser feitos para os nomes de Paul Sabatier e Elinor Ostrom, que colocaram respectivamente três e duas obras entre as dez mais citadas nas revistas norte-americanas. Além disso, apesar de não ter sido feito um estudo das parcerias entre autores, deve-se mencionar que Frank Baumgartner e Bryan Jones são coautores de dois dos livros citados no quadro 3 (*Agendas and Instability in American Politics* e *The Politics of Attention*).

	AUTOR	OBRA	%
1	R.A.W. Rhodes	Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability.	0,2903
2	Walter J.M. Kickert	Managing Complex Networks: Strategies for the Public Sector.	0,1858
3	Harold D. Lasswell	A pre-view of policy sciences	0,1742
4	Mark Bevir	Interpreting British Governance	0,1510
5	Gosta Esping-Andersen	The Three Worlds of Welfare Capitalism	0,1393
6	Harold D. Lasswell	Power and Society	0,1277
7	Harold D. Lasswell	Jurisprudence for a Free Society: Studies in Law, Science and Policy	0,1161
8	John Dryzek	Deliberative democracy and beyond	0,1045
8	Jan Kooiman	Modern Governance. New Government – Society Interactions	0,1045
8	David Marsh	Policy Networks in British Government	0,1045
8	Elinor Ostrom	Governing the commons: The evolution of institutions for collective action	0,1045
8	Christopher Pollitt	Public management reform: a comparative analysis	0,1045

Quadro 4: Obras mais citadas nos periódicos europeus

Fonte: dados primários

Das 34 obras mais citadas que ultrapassaram os 0,05% de citações nos periódicos europeus, sete obras são citadas mais de 10 vezes. O campeão de citações e de obras mais referenciadas é Harold D. Lasswell, considerado o fundador do campo das *policy sciences* (HOWLETT; RAMESH, 2003, SECCHI, 2013). Cinco obras de Lasswell aparecem entre as mais citadas, dentre as quais três aparecem com mais de 10 citações: “*A pre-view of policy sciences*”, “*Power and Society*”, e “*Jurisprudence for a Free Society: Studies in Law, Science and Policy*”. O texto fundamental do campo escrito por Lasswell sob o título “*The policy orientation*”, obteve apenas três citações nos periódicos europeus no período de 2001 a 2012.

O campeão de citações foi o livro de R. A. W. Rhodes “*Understanding Governance: Policy Networks,*

Governance, Reflexivity and Accountability”, com 25 citações e representando 0,29% do total de citações. Interessante notar na lista dos mais citados que ultrapassaram a linha de corte, que 12 textos (35,29%) tratam de teorias de governança pública e redes de políticas públicas, tema emergente que vem se consolidando nas discussões teóricas nos campos das políticas públicas e da administração pública.

	AUTOR	Obra	%
1	Marcus André Melo	Estado, governo e políticas públicas	0,3376%
1	Amartya Sen	Desenvolvimento como liberdade	0,3376%
3	John Rawls	Uma teoria da justiça	0,2701%
4	Jürgen Habermas	Direito e Democracia: entre facticidade e validade	0,2026%
4	Argelina Figueiredo	Executivo e legislativo na nova ordem constitucional	0,2026%
4	Peter Hall	As três versões do neoinstitucionalismo	0,2026%
4	Eduardo Marques	Estado e redes sociais	0,2026%
4	Anne Phillips	The politics of presence	0,2026%
4	Hannah Pitkin	The concept of representation	0,2026%
4	Michael Cohen	A garbage can model of organizational choice	0,2026%
4	Thomas S. Kuhn	A estrutura das revoluções científicas	0,2026%

Quadro 5: Obras mais citadas nos periódicos brasileiros

Fonte: dados primários

Percebe-se que o trabalho mais citado provém de um pesquisador brasileiro, mas, das 11 obras referenciadas, somente três são de autoria de pesquisadores brasileiros. Interessante notar que diversos trabalhos entre os 11 mais referenciados não tratam de política pública propriamente: “Desenvolvimento como liberdade”, “Uma teoria da justiça”, “Direito e Democracia: entre facticidade e validade” e “A estrutura das revoluções científicas” são textos que tratam de filosofia política, direito e teoria do conhecimento. Também chama a atenção o fato de não haver nenhuma obra de autoria de Leonardo Avritzer, o autor mais citado na amostra brasileira pesquisada. No entanto, trata-se de pesquisador com grande número de livros e artigos publicados, portanto, esse fato não chega a surpreender, sendo possível depreender-se que diversas obras diferentes são citadas. Por fim, destaca-se o fato de uma obra ligada à Filosofia da Ciência (“A Estrutura das Revoluções Científicas”, de Thomas Kuhn) surgir com destaque nessa listagem.

Para a análise da importação e exportação de referências e o isolamento das comunidades epistêmicas, adotou-se como critério o país em que os autores mais referenciados realizam suas pesquisas. Optou-se por este critério em vez da nacionalidade, uma vez que as influências intelectuais do meio acadêmico são muito relevantes para a definição de pautas de pesquisa.

A análise dos dados nas revistas norte-americanas indicou uma concentração bastante elevada de

autores que desenvolvem suas pesquisas nos Estados Unidos, uma vez que 25 dos 30 autores mais citados estão (ou estiveram, uma vez que alguns já faleceram) filiados a universidades ou institutos de pesquisa neste país. Deve-se ter em mente que estes dados não dizem respeito à nacionalidade dos autores, como Christopher Hood, britânico de nascimento, que desenvolvia seu trabalho na Bélgica. Dos outros quatro autores mais citados na literatura norte-americana, um é da Noruega, e três são do Reino Unido. Pode-se dizer então, que dos autores mais referenciados nos EUA 83,4% são pesquisadores locais, e 16,6% são europeus.

Buscou-se também identificar a distribuição das citações por país em que o pesquisador está desenvolvendo seu trabalho:

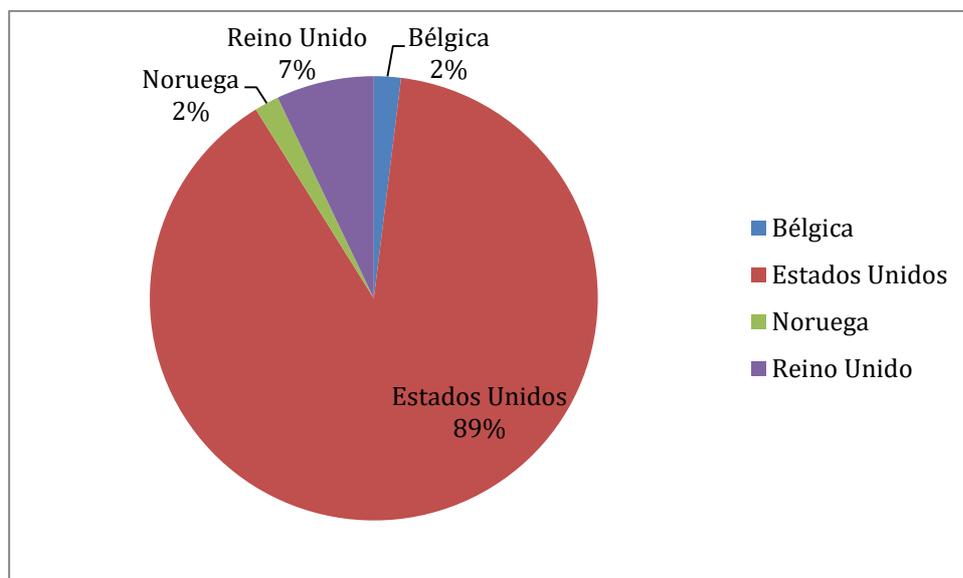


Gráfico 1 – Origem das citações – Revistas Norte-Americanas

Fonte: dados primários

Os 30 autores mais citados nas revistas norte-americanas são responsáveis, no total, por aproximadamente 11,65% das citações. Dentro deste universo, procurou-se calcular a porcentagem de cada país, e mais uma vez se verificou amplo domínio dos Estados Unidos: 89,23% das citações provêm de pesquisadores trabalhando neste país.

Percebe-se que existe ampla concentração, nas revistas norte-americanas, de citações de obras e autores locais, ou, no mínimo, que desenvolvem suas pesquisas nos Estados Unidos. Pode-se perceber que a comunidade epistêmica de autores de políticas públicas, nos Estados Unidos, dentro das revistas pesquisadas, utiliza-se muito mais da produção científica local, indicando um alto grau de isolamento.

Esta situação não se repete quando são analisados os dados das revistas Europeias. O percentual de referências não europeias ultrapassa os 50%, e as referências domésticas somam 45,4%. A Austrália, com 6,3% das referências, e os EUA com 48,3% são as maiores fontes de importação de referências nas revistas Europeias. Os percentuais estão no Gráfico 3 a seguir:

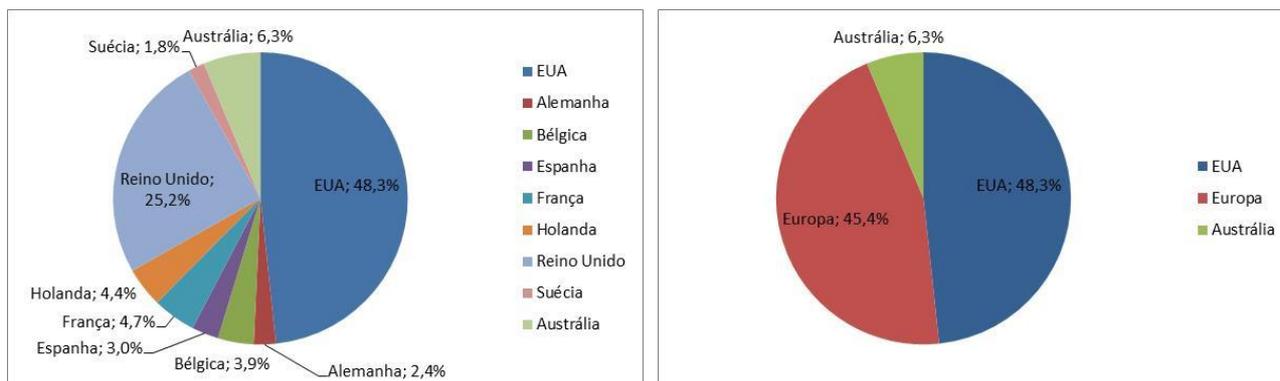


Gráfico 2 – Origem das citações – Revistas Europeias

Fonte: dados primários

Também no Gráfico 3 é possível destacar a participação de autores do Reino Unido (25,2%), que somadas às referências australianas e norte-americanas perfazem 79,8% das referências utilizadas em revistas europeias. Isso demonstra o amplo domínio de acadêmicos que atuam em países anglófonos na produção de conhecimento na área de políticas públicas na Europa. Tal reflexão se reflete na análise do caso americano, e do caso brasileiro.

A listagem dos autores mais citados na literatura de política pública do Brasil demonstra a ampla variedade das fontes utilizadas nos trabalhos, com significativa percentagem de autores estrangeiros, bem como de autores que são considerados clássicos nas ciências sociais, como Tocqueville, Weber, Bourdieu, Rawls e Habermas. Na lista das obras mais citadas, os trabalhos ligados à Ciência Política chamam a atenção: apenas o livro de Marcus André Melo pode ser considerado como uma obra majoritariamente voltada para a área de políticas públicas. O caso brasileiro se mostra bastante diferente dos demais e, para compreender melhor essa realidade, algumas análises adicionais foram empreendidas. Em primeiro lugar, verificou-se a proveniência dos autores mais citados, tomando-se como base filiação institucional.

País da universidade	Nº	%
EUA	55	50,00
Brasil	34	30,91
Reino Unido	7	6,36
Alemanha	4	3,64
Canadá	4	3,64
França	3	2,73
Austrália	1	0,91
Coreia do Sul	1	0,91

Itália	1	0,91
Total	110	100,00

Quadro 6 – País em que o pesquisador desenvolve seu trabalho

Fonte: dados primários

É possível inferir, dos dados acima, que a comunidade epistêmica brasileira é bem aberta à participação estrangeira. É significativo o fato de que os pesquisadores baseados em universidades estrangeiras perfazem quase 70% do total, com destaque para os Estados Unidos, que concentram 50% dos autores mais citados na amostra selecionada de artigos. Deve-se também dar destaque que, dentro dos dez pesquisadores mais citados, quatro são brasileiros (incluindo Leonardo Avritzer, “campeão” das referências na amostra estudada), sendo três na listagem dos cinco autores mais citados.

Em seguida, verificou-se a proveniência das referências feitas pelos artigos brasileiros:

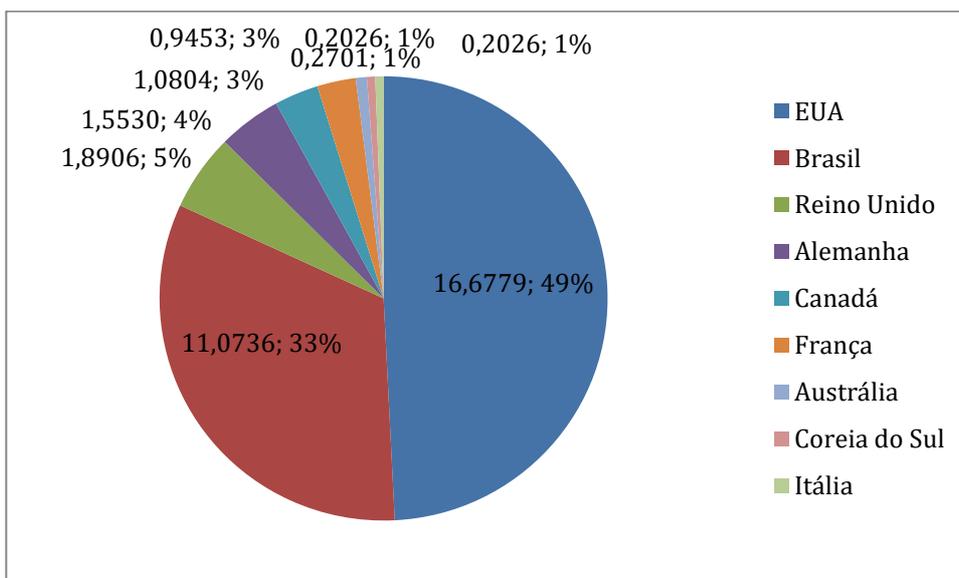


Gráfico 3– Origem das citações – Revistas Brasileiras

Fonte: dados primários

Os resultados não são surpreendentes, pois a predominância dos Estados Unidos permanece, apenas menos absoluta do que no quadro anterior, pois o volume de referências ficou ligeiramente abaixo dos 50%. Percebe-se ligeira melhora no caso brasileiro, considerando-se que o volume de obras referenciadas dos autores brasileiros (que perfazem quase 31% do total) atingiu quase 1/3 do total das referências bibliográficas da pesquisa.

5. Conclusões

Respondendo objetivamente às questões de estudo, os principais resultados da pesquisa são destacados a seguir.

Os autores mais referenciados na literatura de políticas públicas de revistas americanas foram Paul A. Sabatier, Elinor Ostrom e Bryan D. Jones, na Europa Harold D. Lasswell, R. A.W. Rhodes, e Mark Bevir, e nas revistas brasileiras Leonardo Avritzer, Jon Elster e Roberto Grün.

A obra mais referenciada na literatura de políticas públicas de revistas americanas foi *Agendas and instability in American politics*, de autoria de Frank L. Baumgartner e Bryan D. Jones. Na Europa, a obra campeã de referências foi *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability*, de R.A.W. Rhodes. Já no Brasil houve empate entre duas obras bastante referenciadas, Estado, governo e políticas públicas, do prof. Marcus André Melo da Universidade Federal de Pernambuco, e o livro Desenvolvimento como liberdade Amartya Sen.

A análise de dispersão e concentração de referências trouxe como resultados que a comunidade epistêmica do Brasil é mais concentrada que a comunidade epistêmica dos EUA e Europa. O Brasil concentra 33,9% das citações entre os autores com mais de 0,2% das referências totais nas revistas brasileiras, enquanto que este número cai para 11,65% nas revistas americanas, e 12,96% nas europeias.

Por fim, foi possível auferir que a comunidade epistêmica norte-americana é muito mais isolada a contribuições científicas de outros países, quando comparada à comunidade epistêmica europeia e a brasileira. Segundo análise bibliométrica dos artigos publicados em *Journals* mais referenciados na área de políticas públicas, os artigos norte-americanos utilizam 89% de referências domésticas, frente a 45,4% das revistas europeias e 33% nas revistas brasileiras.

A tese da “Torre de Babel” de Candler (2008) não parece se confirmar na produção teórica de políticas públicas. Ainda que este autor tenha encontrado, na produção brasileira sobre Administração Pública, uma variedade maior de nacionalidades e linguagens, no caso das políticas públicas, a língua inglesa prepondera significativamente. Há maior variedade de nacionalidades entre os autores citados na produção brasileira, mas isso não permite reforçar as conclusões de Candler.

O conceito de Antoniades (2003), de múltiplas comunidades epistêmicas em uma mesma área de conhecimento, pôde ser observado nessa pesquisa, visto que os autores mais citados são diferentes (apenas três autores mais referenciados estão presentes nos três sub-grupos), e as obras de referências também são diferentes no Brasil, EUA e Estados Unidos. Esse achado leva ao apontamento de que a área de política pública na realidade são múltiplas áreas, com múltiplos conceitos, múltiplas agendas de pesquisa, múltiplos autores, múltiplas obras de referência, o que pode ser um reflexo da falta de maturidade deste campo que acaba de completar 60 anos de existência.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Ana. **Measuring academic research**. Oxford: Chandos Publishing, 2009.

ANTONIADES, Andreas. **Epistemic Communities, Epistemes and the Construction of (World) Politics**. Global Society, London, v. 17, n. 1, p.21-38, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/0953732032000053980>>

ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 51, p. 7 – 9, fev. 2003.

BIRKLAND, Thomas A. **An introduction to the policy process**: theories, concepts, and models of public policy making. Armonk: M. E. Sharpe, 2005.

CAMPBELL, John L. Ideas, politics, and public policy. **Annual Review of Sociology**, v. 28, p. 21 – 38,

2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3069233>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

CANDLER, Gaylord George. Epistemical community or Tower of Babel? Theoretical diffusion in public administration. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 67, n. 3, p. 294 – 306, 2008.

CARAYANNIS, Elias G.; IRZADEH, Ali; popescu, Denisa. **Institutional learning and knowledge transfer across epistemic communities**: New tools of global governance. New York: Springer, 2012

DUNLOP, Claire A. Epistemic communities. In: ARARAL Jr. et al. (eds.). **Routledge handbook of public policy**. London: Routledge, 2013, p. 229 – 243.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. In: **Anais do EnAPG 2010**, Vitória, 2010.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 51, p. 21 – 29, fev. 2003.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211 – 259, jun. 2000.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, Vol. 46, No. 1, (Winter, 1992), pp. 1-35.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. **Studying public policy**: policy cycles and policy subsystems. Toronto: Oxford University Press, 2003.

MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (orgs.). **The Oxford handbook of public policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PACHECO, Regina Sílvia. Administração pública nas revistas especializadas – Brasil, 1995 – 2002. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 63 – 71, out. – dez. 2003.

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 51, p. 11 – 14, fev. 2003.

REVELES, Audrey Garcia; TAKAHASHI, Regina Toshie. Educação em saúde ao ostomizado: um estudo bibliométrico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 245 – 250, 2007.

ROSA, Luciana Martins, et al. Família, cultura e práticas de saúde: um estudo bibliométrico. **Revista de Enfermagem da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 516 – 530, out./dez. 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos, práticos**, 2. Ed. Cengage Learning, São Paulo, 2013.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” na pesquisa em políticas públicas do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 51, p. 15 – 20, fev. 2003.